



**ASSOCIAÇÃO DE MUNICÍPIOS PARA A GESTÃO SUSTENTÁVEL DE RESÍDUOS DO GRANDE PORTO**

**DIVISÃO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA**

**CONSULTA PRÉVIA PARA A AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE CONSULTORIA PARA A DIGITALIZAÇÃO DAS  
OPERAÇÕES**

**PROC. N.º 1023001175/2023**

**CADERNO DE ENCARGOS**

## Índice

<b>SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS .....</b>	<b>4</b>
CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS .....	4
Cláusula 1.ª Objeto .....	4
Cláusula 2.ª Contrato .....	4
Cláusula 3.ª Prazo .....	4
Cláusula 4.ª Local de Execução .....	5
Cláusula 5.ª Preço base, preço contratual e adiantamentos .....	5
Cláusula 6.ª Condições de Pagamento .....	5
Cláusula 7.ª Fatura Eletrónica .....	6
Cláusula 8.ª Revisão de Preços .....	6
CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES .....	6
Cláusula 9.ª Obrigações Gerais do Adjudicatário .....	6
Cláusula 10.ª Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato .....	8
Cláusula 11.ª Forma da Prestação de Serviço .....	8
Cláusula 12.ª Dever de Sigilo .....	9
Cláusula 13.ª Patentes, Licenças e Marcas registadas .....	9
Cláusula 14.ª Confidencialidade e Proteção de dados pessoais .....	10
Cláusula 15.ª Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da LIPOR .....	11
Cláusula 16.ª Igualdade de Género e Direitos Humanos .....	12
Cláusula 17.ª Transparência .....	12
Cláusula 18.ª Requisitos Sustentáveis .....	12
Cláusula 19.ª Obrigações da Entidade Adjudicante .....	13
CAPÍTULO III – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO .....	13
Cláusula 20.ª Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato .....	13
Cláusula 21.ª Subcontratação e cessão da posição contratual .....	13
CAPÍTULO IV - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO .....	14
Cláusula 22.ª Penalidades contratuais .....	14
Cláusula 23.ª Força maior .....	15
Cláusula 24.ª Resolução por parte da Entidade Adjudicante .....	15
Cláusula 25.ª Resolução por parte do Adjudicatário .....	16
CAPÍTULO IV - SEGUROS .....	16
Cláusula 26.ª Seguros .....	16

---

CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS .....	16
Cláusula 27.ª Outros Encargos .....	16
Cláusula 28.ª Resolução de Litígios .....	17
Cláusula 29.ª Comunicações e notificações .....	17
Cláusula 30.ª Contagem dos prazos .....	17
Cláusula 31.ª Legislação Aplicável .....	17
<b>SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS .....</b>	<b>18</b>
Anexos .....	20
Anexo I Código de Conduta para Fornecedores da Lipor/Declaração de Compromisso .....	21
Anexo II Regulamento de Higiene e Segurança .....	22
Anexo III Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia para Fornecedores da LIPOR .....	23
Anexo IV Declaração para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP .....	24
Anexo V Acordo de Tratamento de Dados Pessoais em Subcontratação .....	25

## SECÇÃO I – CLÁUSULAS JURÍDICAS

### CAPÍTULO I – DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.ª

##### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual que tem por objeto principal a prestação de serviços de serviços de consultoria para a Digitalização das Operações LIPOR, de acordo com as disposições constantes na secção II – Cláusulas Técnicas do presente Caderno de Encargos.

#### Cláusula 2.ª

##### Contrato

1. O contrato é composto pelo respetivo clausulado contratual e os seus anexos.
2. O contrato a celebrar integra ainda os seguintes elementos:
  - a) Caso se verifiquem, os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
  - b) Caso se verifiquem, os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Caso se verifiquem, os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo Adjudicatário.
3. Em caso de divergência entre os documentos referidos no número anterior, a respetiva prevalência é determinada pela ordem pela qual aí são indicados.
4. Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato e seus anexos, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo Adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo diploma legal.
5. Além dos documentos indicados no n.º 1 e 2, o Adjudicatário obriga-se também a respeitar, no que lhe seja aplicável, as normas europeias e portuguesas, as especificações e homologações de organismos oficiais e fabricantes ou entidades detentoras de patentes.
6. Persistindo dúvidas, aplicar-se-á o Código dos Contratos Públicos e demais legislação portuguesa aplicável.

#### Cláusula 3.ª

##### Prazo

1. O Adjudicatário obriga-se a executar todos os serviços objeto do presente concurso, com todos os elementos referidos no presente Caderno de Encargos, durante o prazo de 6 (seis) meses, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do Contrato.
2. O Contrato poderá ser renovado por mais 3 (três) vezes por igual período, não podendo ultrapassar a duração total de 24 (vinte e quatro) meses.
3. A renovação será automática, exceto se for denunciado por qualquer dos contraentes e devidamente comunicado, por escrito, com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias para o final do período em curso.
4. O contrato não poderá ser outorgado sem que sejam decorridos 10 (dez) dias contados da data da notificação da decisão de adjudicação a todos os concorrentes, nos termos do disposto no art.º 104.º

n.º 1 alínea a) e sem prejuízo, quando aplicável, do disposto na alínea d) do n.º 2 do mesmo artigo, ambos do Código dos Contratos Públicos (CCP).

#### **Cláusula 4.ª**

##### **Local de Execução**

Os serviços são prestados nas instalações da Entidade Adjudicante, situado em Rua da Morena, 805, 4435-746 Baguim do Monte, Gondomar ou noutro local que a mesmo venha a indicar para o efeito.

#### **Cláusula 5.ª**

##### **Preço base, preço contratual e adiantamentos**

1. O preço base do presente procedimento, enquanto montante máximo que a Entidade Adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato é de 74.000€ (setenta e quatro mil euros), a que acresce IVA à taxa legal em vigor, correspondendo o mesmo a 24 (vinte e quatro) meses, sendo este, o prazo máximo admitido para vigência do Contrato.

2. Pelos serviços objeto do contrato, a Entidade Adjudicante pagará ao Adjudicatário um valor fixo mensal, que resultará da divisão do preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, pelo número de meses previsto no número anterior.

3. Para efeitos do n.º 3 do artigo 47.º do CCP, o preço base foi fixado tendo em conta os valores obtidos em procedimentos anteriores de âmbito similar, tendo em consideração atualizações de preço de mercado associadas às atividades solicitadas.

1. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Entidade Adjudicante, incluindo as despesas de alojamento, alimentação, e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição ou aluguer, transporte, vestuário e EPI's, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

2. Sem prejuízo do preço contratual constante da proposta adjudicada, a Entidade Adjudicante só se obriga a pagar ao Adjudicatário os serviços que efetivamente venham a ser executados.

3. No âmbito do presente contrato não há lugar a adiantamentos.

#### **Cláusula 6.ª**

##### **Condições de Pagamento**

1. As quantias devidas pela Entidade Adjudicante devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação respetiva.

2. As faturas devem detalhar inequivocamente todos os bens e serviços nas respetivas quantidades, preços e outras referências quer permitam prontamente relacionar os bens e serviços propostos com os faturados, bem como o número de compromisso financeiro.

3. Em caso de discordância por parte da Entidade Adjudicante quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o Adjudicatário obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura devidamente corrigida.

4. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária.

### **Cláusula 7.ª**

#### **Fatura Eletrónica**

1. Os fornecedores da AP, enquanto cocontratantes, são obrigados a emitir faturas eletrónicas no âmbito da execução de contratos públicos, conforme Decreto-Lei n.º 104-A/2021, de 27 de novembro.
2. Informamos que a Entidade Adjudicante já aderiu à Faturação Eletrónica, tendo como Broker a SERES. Caso ainda não tenham uma solução para a emissão de faturas eletrónicas, nos termos do referido Decreto-Lei, agradecemos que procedam à sua contratação sob pena da Lipor não poder aceitar as faturas noutros formatos que não os permitidos pela Faturação Eletrónica. Caso já tenham procedido à aquisição da solução informamos que devem solicitar a interoperabilidade entre sistemas para o endereço [rva.ef@seres.es](mailto:rva.ef@seres.es) a fim de estabelecerem ligação com o nosso broker (SERES).
3. Quaisquer questões adicionais sobre este tema podem enviar para os seguintes endereços [dac.compras@lipor.pt](mailto:dac.compras@lipor.pt).
4. As faturas devem ser enviadas, única e exclusivamente, para o email [fac.electronica@lipor.pt](mailto:fac.electronica@lipor.pt).

### **Cláusula 8.ª**

#### **Revisão de Preços**

Não haverá lugar à revisão de preços durante o prazo de execução contratual e eventuais renovações se as houver, exceto nas situações legalmente previstas.

## **CAPÍTULO II - OBRIGAÇÕES DAS PARTES**

### **Cláusula 9.ª**

#### **Obrigações Gerais do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato, decorrem para o Adjudicatário as seguintes obrigações principais:
  - a) Prestar os serviços em perfeitas condições e para os fins a que se destinam, dentro dos prazos definidos no presente Caderno de Encargos e conforme as condições aí estipuladas, bem como nos demais documentos contratuais;
  - b) Assegurar o cumprimento dos requisitos técnicos, funcionais, ambientais e níveis de serviço, tal como previstos no presente Caderno de Encargos e na legislação aplicável;
  - c) Garantir os serviços prestados, de acordo com as condições definidas no presente Caderno de Encargos e demais documentos contratuais e disposições legais em vigor;
  - d) Recorrer a todos os meios humanos, materiais, técnicos e criativos que sejam necessários à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à correta e completa execução das tarefas a seu cargo;
  - e) O cumprimento de todas as obrigações relativas à proteção e às condições de trabalho do seu pessoal, devendo nomeadamente observar as prescrições legais sobre sanidade, salários mínimos, horários de trabalho, segurança e responsabilidade por acidentes de trabalho, nos termos da legislação aplicável, sendo o único responsável por quaisquer determinações ou sanções que lhe sejam impostas por entidades oficiais;
  - f) Comunicar à Entidade Adjudicante, logo que tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível a prestação dos serviços objeto do contrato, ou o cumprimento de qualquer outra das suas obrigações, nos termos do contrato celebrado;
  - g) Não alterar as condições da prestação dos serviços fora dos casos previstos no presente Caderno de Encargos;

- h)** Não subcontratar, no todo ou em parte, a execução do objeto do contrato, sem prévia autorização da Entidade Adjudicante;
- i)** Prestar de forma correta e fidedigna as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como conceder todos os esclarecimentos solicitados pela Entidade Adjudicante;
- j)** Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do Contrato relacionado com a sua denominação social, os seus representantes legais, a sua situação jurídica, a sua situação comercial e outras, com relevância para o fornecimento;
- k)** Possuir todas as autorizações, consentimentos, aprovações, patentes, registos e licenças necessários ao pontual cumprimento das obrigações assumidas;
- l)** Cooperar com a Entidade Adjudicante, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
  - i.** Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Prestador de Serviços em representação do Contraente Público;
  - ii.** Quando o Contraente Público deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.
- m)** comunicar à Entidade Adjudicante a identificação do responsável designado para a gestão do Contrato, nomeadamente, para efeitos de comunicações e demais situações necessárias, o qual deverá estar definido no momento da assinatura do Contrato, bem como quaisquer alterações quanto ao gestor indicado;
- n)** cumprir com as disposições do Regulamento de Higiene e Segurança da LIPOR, constante do Anexo II do presente Caderno de Encargos, nos casos em que o cumprimento do contrato implicar a execução de trabalhos nas instalações da Entidade Adjudicante
- o)** submeter na Plataforma toda a documentação de segurança necessária, solicitada no âmbito da autorização de entrada para a prestação de serviços na Lipor, 48 horas antes do início da prestação de serviços. É igualmente responsabilidade do Adjudicatário da inserção de nova documentação, na referida plataforma, sempre que a anterior caduque ou sofra alterações.

**2.** Na execução da presente aquisição de serviços o Adjudicatário fica obrigado a prestar todos os esclarecimentos que o(s) Gestor(es) do Contrato considere(m) necessários, nos termos e para os efeitos dos artigos 289.º e 290.º e 290.º-A do CCP, e no prazo que este(s) venha(m) a fixar.

**3.** O Adjudicatário obriga-se a afetar à execução da prestação de serviços objeto do contrato trabalhadores em regime de trabalho sem termo, em cumprimento do disposto do n.º 1 do artigo 419.º-A do CCP, aplicável pela remissão do n.º 2 do artigo 451.º do CCP, cujo incumprimento constitui contraordenação muito grave nos termos da alínea f) do artigo 456.º também do CCP.

**4.** Nos termos dos n.os 3 e 4 do artigo 419.º-A do CCP, o disposto no número anterior não se aplica aos trabalhadores com contrato a termo de substituição celebrado nas situações previstas nas alíneas a) a d) do n.º 2 do artigo 140.º do Código do Trabalho, nem aqueles que executem tarefas ocasionais ou serviços específicos e não duradouros no âmbito da execução do contrato, não sendo também aplicável caso a presente prestação de serviços tenha duração inferior a 1 (um) ano.

**5.** O Adjudicatário deve entregar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, contados desde o início da vigência do contrato, um documento com a identificação dos trabalhadores que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual nos termos do **Anexo IV** do presente caderno de encargos. No caso de ocorrer, durante o tempo da prestação de serviço, alguma alteração dos trabalhadores inicialmente afetos à prestação do serviço, o Adjudicatário deve, no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da sua ocorrência, apresentar novo documento com a identificação dos trabalhadores

que afetará à execução do contrato e respetivo vínculo contratual.

**6.** O Adjudicatário deverá acautelar a possibilidade de vir a adotar, em sede de execução de contrato, planos de contingência para fazer face a situações de contenção de epidemias, quer de modo preventivo, quer em situação declarada, quer em fase de reposição da normalidade, sem prejuízo das regras aplicáveis aos casos de força maior constantes do presente caderno de encargos.

**7.** O Adjudicatário fica sujeito, com as devidas adaptações, às exigências legais, obrigações do fornecedor e prazos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual, bem como toda a legislação e regulamentação portuguesa aplicável.

## **Cláusula 10.ª**

### **Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato**

**1.** Sempre que a LIPOR considere necessário, poderá solicitar a entrega dos elementos referentes ao grau de execução do contrato, com vista a verificar se os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.

**2.** Na análise a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve prestar à LIPOR e/ou ao Gestor do Contrato, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.

**3.** No caso de a análise da LIPOR, a que se refere o n.º 1, não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, a LIPOR deve disso informar, por escrito, o Adjudicatário.

**4.** No caso previsto no número anterior, o Adjudicatário deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela LIPOR, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das características, especificações e requisitos técnicos exigidos.

**5.** Após a realização das alterações e complementos necessários pelo Adjudicatário, no prazo respetivo, a LIPOR procede a nova análise, nos termos do n.º 1.

**6.** Caso a análise da LIPOR a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Adjudicatário com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as características, especificações e requisitos técnicos definidos no presente Caderno de Encargos, deve ser emitida, no prazo máximo de 10 dias a contar do termo dessa análise, declaração de aceitação pela LIPOR.

**7.** A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as características, especificações e requisitos técnicos previstos no presente Caderno de Encargos.

**8.** O Gestor de Contrato será identificado no Contrato a ser celebrado entre as Partes.

## **Cláusula 11.ª**

### **Forma da Prestação de Serviço**

**1.** Para o acompanhamento da execução do contrato, o Adjudicatário fica obrigado a manter, com uma periodicidade a acordar entre as partes, reuniões de coordenação com os representantes da Entidade Adjudicante.

**2.** O Adjudicatário fica obrigado a apresentar à Entidade Adjudicante, com uma periodicidade a acordar entre as partes, um relatório com a evolução de todas as operações objeto dos serviços e com o cumprimento de todas as obrigações emergentes do contrato.

**3.** No final da execução do contrato, o Adjudicatário deve ainda elaborar um relatório final, discriminando os principais acontecimentos e atividades ocorridos no decorrer da execução do contrato.



4. Todos os documentos, nomeadamente os relatórios, devem ser entregues, em suporte digital (Excel, Pdf ou outro formato digital, se aplicável), para o endereço eletrónico do gestor de contrato nomeado pela Entidade Adjudicante para o efeito.

5. Excecionalmente, e mediante autorização expressa da Entidade Adjudicante, os documentos anteriormente referidos poderão ser entregues em suporte físico, devendo para o efeito ser impressos em papel reciclado, privilegiando-se a utilização da opção de impressão frente e verso dos mesmos, no âmbito da Estratégia Nacional para as Compras Públicas Ecológicas e da Resolução do Conselho de Ministros n.º 38/2016, de 29 de julho, que visa assegurar a inclusão de critérios de sustentabilidade em todos os contratos públicos de aquisição de bens e serviços.

#### **Cláusula 12.ª**

##### **Dever de Sigilo**

1. O Adjudicatário deve guardar sigilo sobre toda a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa a Entidade Adjudicante de que possa ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.

2. A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.

3. Exclui-se do dever de sigilo previsto a informação e a documentação que seja comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo Adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4. O Adjudicatário obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que o Contraente Público lhe indique para esse efeito.

5. O Adjudicatário deverá guardar sigilo quanto a informações que possa obter no âmbito da execução do presente contrato, por qualquer causa, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

6. O Adjudicatário não pode utilizar o logotipo ou qualquer outro sinal distintivo da Entidade Adjudicante sem o consentimento prévio deste.

#### **Cláusula 13.ª**

##### **Patentes, Licenças e Marcas registadas**

1. São da responsabilidade do Adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no fornecimento, de marcas registadas, patentes registadas e licenças.

2. Caso a Entidade Adjudicante venha a ser demandada por ter infringido, na execução do Contrato, qualquer dos direitos mencionados no número anterior, o Adjudicatário terá de indemnizar a Entidade Adjudicante de todas as despesas que, em consequência, este haja de fazer e de todas as quantias que tenha de pagar seja a que título for.

3. Todos os direitos de propriedade intelectual e/ou industrial sobre as criações abrangidas, resultantes ou desenvolvidas no âmbito da presente prestação de serviços são propriedade exclusiva da LIPOR, não sendo devida, para além do preço a pagar pela prestação de serviços, qualquer contrapartida pela titularidade dos mencionados direitos.

## Cláusula 14.ª

### Confidencialidade e Proteção de dados pessoais

1. O Adjudicatário obriga-se, durante a vigência deste Contrato e mesmo após a sua cessação, a não ceder, revelar, utilizar ou discutir, com quaisquer terceiros, todas e quaisquer informações e/ou elementos que lhe tenham sido confiados pela Entidade Adjudicante ou de que tenha tido conhecimento no âmbito do Contrato ou por causa dele.

2. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do Contrato, independentemente do motivo por que ocorra.

3. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo deste Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Entidade Adjudicante.

4. O Adjudicatário compromete-se, designadamente, a não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou por qualquer outra forma colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo do Contrato, sem que para tal tenha sido expressamente instruído, por escrito pela mesma.

5. O Adjudicatário obriga-se, em matéria de tratamento de dados pessoais, nomeadamente a:

- a) Tratar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Primeira Outorgante única e exclusivamente para efeitos da realização das prestações compreendidas no objeto do Contrato e, se aplicável, na estrita observância das instruções documentadas que lhe forem impostas pela Primeira Outorgante para além das previstas nos números 3 e 4 do presente Artigo;
- b) Assegurar que os seus Colaboradores cumprem todas as obrigações previstas no Contrato e que assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade;
- c) Aplicar as medidas técnicas e organizativas adequadas previstas no Artigo 32.º do RGPD, para assegurar um nível de segurança adequado ao risco, tendo em conta as técnicas mais avançadas, os custos de aplicação e a natureza, o âmbito, o contexto e as finalidades do tratamento, bem como os riscos, de probabilidade e gravidade variável, para os direitos e liberdades das pessoas singulares, o responsável pelo tratamento e o subcontratante aplicam as medidas técnicas e organizativas adequadas para assegurar um nível de segurança adequado ao risco;
- d) No caso em que seja autorizada pela Entidade Adjudicante a subcontratar outras entidades para a realização da sua prestação contratual, ser o único responsável pela escolha das empresas subcontratadas, bem como por toda a atuação destas, designadamente a garantir que as empresas por si subcontratadas cumprirão o disposto na Lei n.º 58/2019, de 8 de Agosto (Lei de Execução do Regulamento Geral de Proteção de Dados), e demais legislações aplicáveis, em particular o Regulamento (UE) 2016/679, do Parlamento Europeu e do Conselho de 27 de abril de 2016, devendo tal obrigação constar dos contratos escritos que o Adjudicatário celebre com outras entidades por si subcontratadas;
- e) prestar assistência à Entidade Adjudicante, através de medidas técnicas e organizativas adequadas, na medida do possível, para o cumprimento das suas obrigações, enquanto responsável pelo tratamento, de resposta aos pedidos de exercício dos direitos do titular de dados previstos no capítulo III do RGPD;
- f) prestar assistência à Entidade Adjudicante para assegurar o cumprimento da sua obrigação enquanto Responsável pelo Tratamento de:
  - i. notificar a CNPD da violação de dados pessoais, sem demora injustificada e, se possível, no prazo máximo de 72 horas após ter tido conhecimento da mesma, a menos que a violação de dados pessoais não seja suscetível de resultar num risco para os direitos e liberdades das

- ii. comunicar, sem demora injustificada, a violação dos dados pessoais ao titular dos dados, sempre que a violação dos dados pessoais possa resultar num risco elevado para os direitos e liberdades das pessoas singulares;
  - iii. efetuar uma avaliação do impacto das operações de tratamento previstas sobre a proteção de dados pessoais (avaliação do impacto na proteção de dados);
  - iv. consultar a CNPD, antes de proceder ao tratamento, quando a avaliação de impacto sobre a proteção de dados indicar que o tratamento resultaria num elevado risco na ausência de medidas adotadas pelo responsável pelo tratamento para atenuar o risco;
  - v. Os dados pessoais a que o Adjudicatário tenha acesso ou que lhe tenham sido transmitidos pela Entidade Adjudicante, ao abrigo deste Contrato, serão tratados em estrita observância das regras e normas da Primeira Outorgante.
- g) Em caso de cessação da prestação de serviços de tratamento de dados pessoais, apagar todos os dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, certificando-a que assim fez, a menos que o direito da União ou de um Estado-Membro exija a conservação dos dados pessoais;
- h) disponibilizar à Entidade Adjudicante todas as informações necessárias para demonstrar o cumprimento das obrigações estabelecidas no RGPD e no presente Contrato e contribuir para a realização de auditorias, incluindo inspeções, realizadas pela Entidade Adjudicante ou por outro auditor por si mandatado.
6. Para efeitos do disposto nos números anteriores, entende-se por “Colaborador” toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviço ao Adjudicatário, incluindo, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços, procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o fornecedor e o referido colaborador.
7. O Adjudicatário será responsável por qualquer prejuízo em que a Entidade Adjudicante venha a incorrer em consequência do tratamento, por parte da mesma e/ou dos seus colaboradores, de dados pessoais em violação das normas legais aplicáveis e/ou do disposto neste Contrato.
8. A obrigação de sigilo prevista na presente cláusula mantém-se em vigor mesmo após a cessação do Contrato, independentemente do motivo por que ocorra.
9. Na medida em que os serviços adjudicados se refiram ou envolvam o tratamento de dados pessoais, o Adjudicatário obriga-se ao cumprimento do disposto no Anexo IV- **Acordo de Tratamento de Dados Pessoais em Subcontratação** parte integrante deste Caderno de Encargos, o qual, no momento da assinatura do Contrato, deve ser assinado, sendo considerado, para todos os efeitos, anexo ao Contrato celebrado e parte integrante do mesmo.

### Cláusula 15.ª

#### Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da LIPOR

1. O Código de Conduta para Fornecedores e Subcontratados da LIPOR visa contribuir positivamente para o desenvolvimento económico, social e ambiental, na relação de compromisso, e de boa-fé, com os seus Fornecedores e Subcontratados no desenvolvimento da sua atividade, com base nos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nas Convenções da Organização Internacional do Trabalho e na legislação nacional e europeia em vigor, constando do Anexo I do Caderno de Encargos.
2. Com a apresentação dos documentos de habilitação, o Adjudicatário deve entregar a Declaração de Compromisso referida no Convite.

### **Cláusula 16.ª**

#### **Igualdade de Género e Direitos Humanos**

O Adjudicatário compromete-se a promover a igualdade de género e o respeito pelos direitos humanos na execução do contrato, diligenciando escrupulosamente para evitar toda e qualquer forma de discriminação em todas as atividades a realizar.

### **Cláusula 17.ª**

#### **Transparência**

1. A Entidade Adjudicante e o Adjudicatário comprometem-se a adotar as medidas previstas na lei e outras adequadas para prevenir conflitos de interesse, irregularidades, fraude, corrupção, branqueamento de capitais e financiamento de terrorismo, ou outras atividades ilícitas na execução do presente Contrato, devendo comunicar imediatamente à contraparte e às autoridades nacionais competentes todos os casos comprovados ou suspeitos, bem como as medidas de reação correspondentes, tomadas ou planeadas.

2. Para efeitos do número anterior, existe conflito de interesse sempre que possa estar comprometido o exercício imparcial e objetivo de uma das entidades, dos seus agentes ou pessoal, na execução do contrato.

### **Cláusula 18.ª**

#### **Requisitos Sustentáveis**

1. O Adjudicatário, tendo em vista garantir o desenvolvimento sustentável da sua atividade em prol da proteção do meio ambiente e dos princípios e direitos fundamentais dos trabalhadores, assumirá a responsabilidade de:

- a) disponibilizar nas suas instalações recipientes para a recolha seletiva de papel/cartão, embalagens plásticas e metálicas, vidro e resíduos indiferenciados, bem como proceder à remoção e à deposição dos mesmos (reciclagem ou eliminação) de acordo com as Boas Práticas da Gestão Ambiental e com as normas nacionais e internacionais de tutela do ambiente;
- b) assegurar que os equipamentos e materiais utilizados na execução do contrato foram fabricados em pleno respeito pelos princípios éticos e de proteção do trabalhador, nomeadamente pelas normas aprovadas pela Organização Internacional do Trabalho.

2. O Adjudicatário deverá implementar um procedimento para identificar e avaliar os aspetos ambientais significativos das atividades objeto da prestação de serviços, assim como os impactos ambientais associados, considerando uma perspetiva de ciclo de vida.

3. A identificação dos aspetos ambientais significativos deverá abranger não só as atividades de rotina, mas também eventuais alterações ao planeamento, condições anómalas de prestação do serviço e emergências razoavelmente previsíveis.

4. Toda a informação relativa aos aspetos ambientais significativos deverá ser mantida e retida como informação documentada e, permanentemente, atualizada.

5. Em matérias de gestão energética sustentável, o Adjudicatário deverá cumprir com as orientações previstas no Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia, em anexo III ao Caderno de Encargos, devendo entregar Declaração de Aceitação dos Requisitos do Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia para Fornecedores da LIPOR, juntamente com os documentos de habilitação exigidos no presente procedimento.

### **Cláusula 19.ª**

#### **Obrigações da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, a Entidade Adjudicante obriga-se a fiscalizar a execução do objeto do contrato de forma profissional e competente, utilizando os conhecimentos técnicos, a diligência e o zelo, próprios das melhores práticas.
2. Constituem ainda obrigações da Entidade Adjudicante:
  - a) Nomear um responsável pela gestão do contrato para efeitos de comunicações com o Adjudicatário, e comunicar quaisquer alterações dessa nomeação;
  - b) Monitorizar e supervisionar a aplicação das condições e termos contratuais;
  - c) Monitorizar a qualidade dos serviços prestados;
  - d) Comunicar, em tempo útil, os aspetos relevantes que tenham impacto no cumprimento do contrato;
  - e) Disponibilizar o acesso às instalações para a entrega dos produtos fornecidos;
  - f) Efetuar o pagamento contratualmente devido dentro dos prazos fixados.

### **CAPÍTULO III – ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO**

### **Cláusula 20.ª**

#### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do Contrato**

1. Será nomeado, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP, o gestor do contrato, aquando da assinatura do mesmo, tendo como função o acompanhamento da sua execução nos termos descritos do CCP.
2. Quando se trate de contratos com especiais características de complexidade técnica ou financeira ou de duração superior a três anos, e sem prejuízo das funções que sejam definidas por cada contraente público, o gestor ou os gestores devem elaborar indicadores de execução quantitativos e qualitativos adequados a cada tipo de contrato, que permitam, entre outros aspetos, medir os níveis de desempenho do cocontratante, a execução financeira, técnica e material do contrato.
3. Caso o gestor ou os gestores detetem desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, devem comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo, em relatório fundamentado, as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.
4. Em cumprimento ao estabelecido no artigo 290.º-A, n.º 7 do CCP, o Gestor do Contrato subscreverá a declaração de inexistência de conflitos de interesse antes do início de funções.

### **Cláusula 21.ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A subcontratação ou a cessão da posição contratual pelo Adjudicatário depende da autorização da Entidade Adjudicante, nos termos do CCP.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Adjudicatário deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Entidade Adjudicante deve pronunciar-se sobre a proposta do Adjudicatário no prazo de 30 (trinta) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação está vedada nas seguintes situações:
  - a) Quando a escolha do cocontratante tenha sido determinada por ajuste direto, nos casos em que só possa ser convidada uma entidade;
  - b) Às entidades abrangidas pelas causas de impedimento previstas no artigo 55.º;

- c) Quando existam fortes indícios de que a cessão da posição contratual ou a subcontratação resultem de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras de concorrência.
5. A Entidade Adjudicante pode opor-se à subcontratação na fase de execução do contrato quando haja fundado receio de que a subcontratação envolva um aumento de risco de incumprimento das obrigações emergentes do contrato.
6. Todos os subcontratos devem conter uma cláusula na qual o Subcontratado declara conhecer, integralmente, o presente Caderno de Encargos, nomeadamente, as cláusulas referentes à subcontratação e ao pagamento direto aos Subcontratados.
7. O disposto nos números anteriores é igualmente aplicável aos contratos celebrados entre os Subcontratados e terceiros.
8. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do Adjudicatário, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a Subcontratados.
9. Em caso de incumprimento pelo Adjudicatário que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, este cederá a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual que antecedeu a celebração do contrato que venha a ser indicado pela Entidade Adjudicante, de acordo com o estabelecido no artigo 318.º-A do CCP.
10. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Entidade Adjudicante, sendo eficaz a partir da data por este indicada.

## CAPÍTULO IV - PENALIDADES CONTRATUAIS E RESOLUÇÃO

### Cláusula 22.ª

#### Penalidades contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
- a) Pelo incumprimento dos serviços contratados e/ou pelo incumprimento das datas e prazos de execução dos serviços definidos para os mesmos, até 10% do Preço Contratual;
  - b) Pelo incumprimento das datas e prazos de entrega dos relatórios devidos e das reuniões de coordenação agendadas, até 5% do Preço Contratual.
  - c) Pelo incumprimento de outras obrigações emergentes do contrato, até 10% do preço contratual;
  - d) Pelo incumprimento da obrigação de respeitar ao longo da execução do contrato, e apenas no âmbito do referido contrato, as normas aplicáveis em vigor em matéria social, laboral, ambiental e de igualdade de género, e de prevenção e combate à corrupção, decorrentes do direito internacional, europeu, nacional ou regional, a Entidade Adjudicante pode exigir do Adjudicatário o pagamento de uma sanção pecuniária até 5% do preço contratual, sem prejuízo do disposto no n.º 6 da presente cláusula;
2. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Adjudicatário, o valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20% do preço contratual, nos termos do n.º 2 do artigo 329.º do CCP, salvo se a Entidade Adjudicante exercer a prerrogativa prevista no n.º 3, do mesmo artigo, caso em que este limite pode ser elevado para 30%.
3. Ao valor das sanções pecuniárias previstas no número anterior, são deduzidas as importâncias pagas pelo Adjudicatário ao abrigo n.º 1, relativamente à prestação de serviços objeto do contrato cujo atraso na execução e/ou entrega se tenha verificado e aos serviços cujo atraso na respetiva conclusão tenha determinado a respetiva resolução.



4. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Adjudicatário e as consequências do incumprimento.

5. A Entidade Adjudicante pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções pecuniárias devidas nos termos da presente cláusula.

6. As sanções pecuniárias previstas na presente cláusula não obstam a que a Entidade Adjudicante exija uma indemnização pelos danos decorrentes da mora no cumprimento, cumprimento defeituoso e incumprimento definitivo.

### **Cláusula 23.ª**

#### **Força maior**

1. Não podem ser impostas penalidades ao Adjudicatário, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar.

2. Podem constituir força maior, se se verificarem os requisitos do número anterior, designadamente, tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas.

3. Não constituem força maior, designadamente:

- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Adjudicatário, na parte em que intervenham;
- b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Adjudicatário ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
- c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Adjudicatário de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
- d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Adjudicatário de normas legais;
- e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Adjudicatário cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
- f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Adjudicatário não devidas a sabotagem;
- g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.

4. A ocorrência de circunstâncias que possam consubstanciar casos de força maior deve ser imediatamente comunicada à outra parte.

5. A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 24.ª**

#### **Resolução por parte da Entidade Adjudicante**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução do contrato previstos na lei, a Entidade Adjudicante pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente em caso de atraso, total ou parcial, na execução do objeto do contrato superior a três meses ou declaração escrita do Adjudicatário de que o atraso em determinada obrigação excederá esse prazo.

2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração escrita enviada ao Adjudicatário e não determina a repetição das prestações já realizadas, a menos que tal seja determinado pela Entidade Adjudicante.

3. Para efeitos do número anterior, o exercício do direito de resolução tem lugar mediante notificação, por carta registada com aviso de receção, dirigida ao Adjudicatário, da qual conste a indicação da situação de incumprimento e respetivos fundamentos.

4. O exercício do direito de resolução não libera o Adjudicatário do dever de satisfazer as solicitações da Entidade Adjudicante, efetuadas no âmbito do Contrato, recebidas até à data da resolução.

5. O exercício do direito de resolução não prejudica a aplicação das sanções previstas no presente caderno de encargos e Contrato.

### **Cláusula 25.ª**

#### **Resolução por parte do Adjudicatário**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o Adjudicatário pode resolver o contrato quando qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de três meses.

2. O direito de resolução é exercido por via judicial ou mediante recurso a arbitragem.

3. Nos casos previstos no nº 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada à LIPOR, que produz efeitos 30 dias (trinta) após a receção dessa declaração, salvo se este último cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do Código dos Contratos Públicos.

## **CAPÍTULO IV - SEGUROS**

### **Cláusula 26.ª**

#### **Seguros**

1. É da responsabilidade do Adjudicatário a cobertura de risco através de contratos de seguro atualizados e devidos por lei, nomeadamente, contra acidentes de trabalho e responsabilidade civil contra danos provocados à Entidade Adjudicante ou a terceiros.

2. A Entidade Adjudicante pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o fornecedor fornecê-la no prazo de 10 dias.

## **CAPÍTULO V - DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 27.ª**

#### **Outros Encargos**

Todas as despesas derivadas da prestação de cauções, da emissão de seguros, quando a eles houver lugar, são da responsabilidade do adjudicatário.



---

**Cláusula 28.ª**  
**Resolução de Litígios**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 29.ª**  
**Comunicações e notificações**

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 30.ª**  
**Contagem dos prazos**

1. Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados.
2. A contagem dos prazos na fase de execução dos contratos obedece ao disposto no artigo 471.º do CCP.

**Cláusula 31.ª**  
**Legislação Aplicável**

Em tudo o que estiver omissa no presente Caderno de Encargos aplicar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos, na sua redação atual e demais legislação aplicável.

## SECÇÃO II – CLÁUSULAS TÉCNICAS

### I. Âmbito da Prestação de serviços de consultoria para a Digitalização das Operações LIPOR

A aquisição de serviço a contratar visa a criação de condições para a digitalização das operações de prevenção, gestão e valorização de recursos materiais.

### II. A aquisição de serviço contempla as seguintes atividades que têm de ser desenvolvidas:

1. Implementação de projetos ao nível da digitalização das operações de prevenção, gestão e valorização de recursos materiais;
2. Gestão de projetos de inovação na área da digitalização;
3. Produção de protótipos de sensores para a digitalização das operações de prevenção, gestão e valorização de recursos materiais;
4. Contribuição para a idealização, estudo e implementação de soluções inovadoras para a digitalização das operações de prevenção, gestão e valorização de recursos materiais;
5. Acompanhamento e avaliação de prestações de serviço para a implementação de soluções inovadoras para a digitalização das operações de prevenção, gestão e valorização de recursos materiais;
6. Participação ativa na discussão de ideias e processos relacionados com a digitalização da LIPOR;
7. Participação em Estudos e Projetos desenvolvidos em parceria com entidades do sistema científico e tecnológico, bem como outras entidades relevantes;
8. Gestão de Estudos e Projetos de acordo com a metodologia em uso na Lipor;
9. Apresentação de reportes periódicos com as atividades desenvolvidas (modelo a definir pela Lipor);

### III. Condições e Requisitos da Prestação de Serviços

O Adjudicatário deverá na proposta apresentar os seguintes elementos:

- a) Descrição das atividades a desenvolver;
- b) Descrição da metodologia a aplicar para o Desenvolvimento e Implementação da Estratégia de Inovação da LIPOR;
- c) Cronograma detalhado com a identificação das tarefas e dos respetivos entregáveis;
- d) Reconhecimento de que a execução do serviço deverá ser de pelo menos 35 horas semanais;
- e) Reconhecimento de que a prestação de serviço se fará em alinhamento com o processo de gestão da LIPOR;
- f) Referência à necessidade de assegurar as deslocações, viagens e estadias, se necessário, no âmbito da prestação de serviços;
- g) Curriculum Vitae do consultor(a).

### IV. Perfil técnico dos recursos humanos a afetar ao serviço

1. A equipa técnica deverá ser composta por, pelo menos, um Consultor, que deve ser um técnico de reconhecida idoneidade e experiência profissional efetiva, e que será o interlocutor entre o adjudicatário e a Entidade Adjudicante.
2. O(s) consultor(es) que prestem o serviço devem ter competências comprovadas em:

- a) Gestão de projetos de I&D;
  - b) Desenvolvimento de dispositivos para IoT e captura de energia;
  - c) Conhecimentos sobre o processo de compostagem ao nível industrial;
  - d) Doutoramento nas áreas de engenharia eletrotécnica, engenharia física ou similar;
  - e) Familiaridade com metodologias de investigação científica, design experimental e técnicas de análises de dados;
  - f) Experiência em projetos de transição digital (modelização, sensores, etc.);
  - g) Apetência para o desenvolvimento de projetos de inovação, capacidade de aprendizagem e pensamento crítico;
  - h) Domínio avançado do inglês, escrito e falado.
3. As competências do/dos colaborador(es) afetos às atividades deverá ser comprovada através de p.e. trabalhos realizados anteriormente, projetos/teses ou publicações na área e CV.

#### **V. Substituição das equipas**

1. Qualquer alteração à composição da equipa indicada em sede de formação do contrato deve ser previamente comunicada ao contraente público e só será aceite caso reúna os requisitos mínimos que tenham sido exigidos no procedimento, podendo, para o efeito, ser solicitada informação e documentação adicional para confirmação dos elementos curriculares apresentados.
2. A substituição referida no número anterior deve ocorrer da seguinte forma:
  - a. o adjudicatário deve, em 5 dias úteis, identificar o seu melhor recurso considerando os requisitos mínimos exigidos e obter a aceitação pelo contraente público;
  - b. o adjudicatário deve assegurar que nos 5 dias úteis após a aceitação o recurso inicia a prestação do serviço.
3. Sempre que se constate a inadequação de algum elemento da equipa encarregue da execução dos serviços contratados, tendo em conta os requisitos exigidos e o comportamento comumente expectável, pode o contraente público exigir a sua substituição por um dos elementos constantes da proposta do adjudicatário ou de perfil equivalente ou superior, aplicando-se, com as devidas adaptações, o disposto no número anterior.

## Anexos

## Anexo I

### Código de Conduta para Fornecedores da Lipor/Declaração de Compromisso

## Anexo II

### Regulamento de Higiene e Segurança

## Anexo III

### Manual de Boas Práticas de Gestão de Energia para Fornecedores da LIPOR

#### Anexo IV

### Declaração para demonstração do cumprimento do disposto no art.º 419.º-A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do CCP

... [nome, número de documento de identificação e morada], na qualidade de representante legal de [firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes], declara, sob compromisso de honra, e tendo em consideração o disposto no art.º 419.º - A, conjugado com o art.º 451.º n.º 2, ambos do Código dos Contratos Públicos, que a sua representada afetará à prestação do serviço a realizar no âmbito do contrato n.º xxxxxxxx, os seguintes trabalhadores:

Identificação	Tipo de Vínculo laboral



## Anexo V

### Acordo de Tratamento de Dados Pessoais em Subcontratação